

Nu Pagamentos S.A.

Demonstrações Financeiras

em 31 de
dezembro de 2017



Conteúdo

- 5 Relatório da administração
- 7 Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras
- 12 Balanço patrimonial
- 14 Demonstrações do resultado
- 15 Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
- 16 Demonstrações dos fluxos de caixa
- 19 Notas explicativas às demonstrações financeiras

Relatório da administração

Em atendimento a Circular nº 3.833, de 17 de maio de 2017 do Banco Central do Brasil (BACEN), a administração da Nu Pagamentos S.A. (“Instituição” ou “Nubank”) tem o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Instituição relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2017.

O Nubank oferece um cartão de crédito internacional MasterCard, controlado por um aplicativo para smartphone. Como a primeira empresa de cartão de crédito sem canais físicos no Brasil, o Nubank reduziu a complexidade e os custos da sua operação para devolver aos clientes o controle de suas finanças.

A receita total do segundo semestre e exercício de 2017, montante que resulta da soma da receita operacional (correspondente à taxa de intercâmbio) e da receita financeira (proveniente de juros e rendimentos), indica um aumento substancial de crescimento em comparação à receita de 2016.

Esse aumento também se reflete no portfólio de recebíveis de cartão de crédito da Instituição.

O plano de negócio do Nubank prevê que o crescimento no volume transacionado dos cartões já emitidos, bem como novos cartões e/ou novos produtos resultarão em geração de lucros no futuro.

Em 18 de maio de 2017 o Nubank foi aprovado como instituição de pagamentos na modalidade de emissor de instrumentos de pagamento pós pago, pelo Banco Central do Brasil (BACEN) de acordo com a publicação no diário oficial. A administração da Instituição atesta que tem capacidade econômica e financeira para manter até o vencimento todos os títulos e valores mobiliários classificados na categoria de “mantidos até o vencimento”. Ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, 15 de março de 2018

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores
da Nu Pagamentos S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Nu Pagamentos S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e

financeira da Nu Pagamentos S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada

“Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório

da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo

com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de

acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem

inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Marco Antonio Pontieri
Contador CRC 1SP153569/O-0

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2017
Total do ativo circulante		4.495.177
Disponibilidades	4	397.075
Títulos e valores mobiliários	5	547.302
Livres		289.730
Vinculados à prestação de garantias		257.572
Outros créditos	6	3.547.040
Valores a receber cartão de crédito		3.847.476
Diversos		39.638
Provisão para outros créditos		(340.074)
Outros valores e bens		3.760
Despesas antecipadas		3.760
Total do realizável a longo prazo		218.456
Títulos e valores mobiliários	5	78.617
Vinculados à prestação de garantias		78.617
Outros créditos		139.839
Diversos	6	139.839
Total do permanente		12.587
Investimentos	7	4.157
Investimentos no exterior		4.157
Imobilizado de uso		8.324
Instalações, móveis e equipamentos de uso		10.212
Depreciação acumulada		(1.888)
Intangível		106
Total do ativo		4.726.220

Passivos	Nota	31/12/2017
Total do passivo circulante		4.070.834
Outras obrigações	9	4.070.834
Valores a pagar cartão de crédito		3.775.169
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		149
Fiscais e previdenciárias		25.648
Diversas		269.868
Total do passivo não circulante		277.747
Obrigações por empréstimos e repasses	8	277.747
Empréstimos no exterior		277.747
Resultado de exercícios futuros		17.413
Patrimônio líquido	10	360.226
Capital social		587.050
Reserva de capital		52.060
(-) Prejuízo acumulado		(278.884)
Total do passivo e patrimônio líquido		4.726.220

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

Semestre e exercício findos
em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais, exceto o prejuízo por ação)

	Nota	2º Semestre	Exercício
Receita operacional	11	135.782	218.485
Custo dos serviços prestados	12	(98.377)	(168.162)
Lucro bruto		37.405	50.323
Despesas de pessoal	13a	(47.551)	(85.453)
Despesas administrativas	13b	(34.049)	(52.718)
Resultado de participações em controladas	7	(3.564)	(4.916)
Outras receitas operacionais		16.003	24.155
Outras despesas operacionais		(14.007)	(20.598)
Provisão para perda do valor recuperável	6e	(157.181)	(257.203)
Plano de opção de compra de ações	10b	(14.376)	(26.706)
Outras receitas/(despesas) operacionais		(254.725)	(423.439)
Prejuízo operacional		(217.320)	(373.116)
Receitas financeiras		154.181	256.825
Despesas financeiras		(47.664)	(57.682)
Resultado financeiro	14	106.517	199.143
Resultado antes de imposto de renda e contribuição social		(110.803)	(173.973)
Ativo fiscal diferido		32.755	56.975
Imposto de renda e contribuição social	15	32.755	56.975
Prejuízo do semestre/exercício		(78.048)	(116.998)
Prejuízo por ação		(2,14)	(3,20)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestre e exercício findos
em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2016	587.050	25.354	(161.886)	450.518
Opção de ações outorgadas (Nota 10)	-	26.706	-	26.706
Prejuízo do exercício	-	-	(116.998)	(116.998)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	587.050	52.060	(278.884)	360.226
Saldo em 30 de junho de 2017	587.050	37.684	(200.836)	423.898
Opção de ações outorgadas (Nota 10)	-	14.376	-	14.376
Prejuízo do semestre	-	-	(78.048)	(78.048)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	587.050	52.060	(278.884)	360.226

As notas explicativas são parte integrante
das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Semestre e exercício findos
em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	2º Semestre	Exercício
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do semestre		(78.048)	(116.998)
Ajustes para:			
Depreciação/amortização		600	1.330
Provisão para perda do valor recuperável		157.181	257.203
Ativo fiscal diferido		(32.755)	(56.975)
Resultado de participação em controladas		3.564	4.916
Resultado de exercícios futuros		16.712	17.371
Provisão de contingências		173	255
Variações cambiais sem efeito de caixa		(541)	-
Opções de ações outorgadas		14.376	26.706
Resultado ajustado		81.262	133.808
(Aumento) de títulos e valores mobiliários		(96.140)	(213.742)
(Aumento) de outros créditos		(1.765.200)	(2.406.402)
Redução de outros valores e bens		(2.526)	(1.768)
Aumento de outras obrigações		1.823.877	2.413.018
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais		41.273	(75.086)

Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Movimentação em imobilizado	(3.946)	(4.927)
Movimentação em investimentos	1.265	1.265
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(2.681)	(3.662)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Obrigações por empréstimos e repasses	249.444	260.026
Fluxo de caixa decorrente de atividades de financiamento	249.444	260.026
Caixa e equivalentes de caixa	20a	
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	371.177	477.935
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	659.213	659.213
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	288.036	181.278

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às Demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Nu Pagamentos S.A. (“Instituição” ou “Nubank”) é constituída na forma de sociedade anônima, domiciliada no Brasil, com sede na Rua Capote Valente, 39, Pinheiros São Paulo – SP CEP 05409–000 Brasil. O Nubank tem por objeto as seguintes atividades: a prestação de serviços de emissão, de administração, de transferência e de pagamentos relacionados a instrumentos de pagamentos pós-pagos; e a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista. O Nubank foi constituído em 15 de maio de 2013, iniciando suas operações com o público em geral em setembro de 2014. Com o sucesso de sua proposta de valor perante o público-alvo, atualmente encontra-se em fase de acelerado crescimento de suas operações. Dada a natureza do negócio, há um investimento inicial na análise de novos clientes, bem como na produção e envio dos cartões. Apenas após um período de uso tais

clientes passarão a ser rentáveis para a Instituição.

O plano de negócio do Nubank prevê que o crescimento no volume transacionado dos cartões já emitidos, bem como novos cartões e/ou novos produtos resultarão em geração de lucros no futuro. Dessa maneira, as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Instituição.

Em 18 de maio de 2017 o Nubank foi aprovado como instituição de pagamentos na modalidade de emissor de instrumentos de pagamento pós pago, pelo Banco Central do Brasil (BACEN) de acordo com a publicação no diário oficial.

2. Base de preparação das Demonstrações financeiras

Em função da autorização junto ao Banco Central para atuar como instituição de pagamento, as demonstrações financeiras do Nubank passaram a refletir

as regras contábeis definidas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – “COSIF”, emitido pelo BACEN, conforme disposto na Circular nº 3.833, de 17 de maio de 2017 do BACEN.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo BACEN, CMN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e os novos pronunciamentos, orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC aprovados pelo BACEN (CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, CPC 05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas, CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, CPC 23 – Políticas

Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, CPC 24 – Evento Subsequente, CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e CPC 33 – Benefícios a Empregados).

O Nubank optou pela faculdade prevista no art. 6º da Circular nº 3.833 de 17 de maio de 2017 do BACEN, de não apresentar as informações comparativas nestas demonstrações financeiras e utilizar o modelo de demonstração de resultado previsto para empresas não financeiras, segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, em substituição aos modelos padronizados definidos no COSIF.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 15 de março de 2018.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira

consistente com o semestre apresentado nestas Demonstrações financeiras.

a. Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e despesas são reconhecidas na apuração do resultado do semestre a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento.

b. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional, estrangeira, aplicações em operações compromissadas, aplicações em fundos não exclusivo com liquidez diária, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

c. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábil:

(i) Títulos para negociação

Adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Independentemente do prazo de vencimento, os títulos para negociação são classificados no ativo circulante.

(ii) Títulos mantidos até o vencimento

Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

(iii) Títulos disponíveis para venda

Que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à

conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

Instrumentos financeiros derivativos:

a avaliação é efetuada com base no valor de mercado e as valorizações e desvalorizações decorrentes são registradas no resultado do período.

d. Operações de cartão de crédito e provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa

As operações de cartão de crédito são classificadas de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (100% provisionado). As rendas das operações de cartão de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. A administração também efetua o julgamento quanto ao nível de risco, levando em consideração

a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores gerando uma provisão adicional à requerida pela Resolução nº 2.682/99 do CMN. As operações classificadas como nível H, permanecem nessa classificação por no máximo 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por pelo menos cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando em balanços patrimoniais. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de cartão de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como H e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela administração, atende ao requisito

mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida.

e. Cessões de crédito

As cessões de recebíveis de cartão de crédito foram contabilizadas de acordo com a Resolução nº 3.533/08, que trata operações cedidas sem coobrigação e operações cedidas com retenção substancial ou parcial de riscos e benefícios, as quais devem ser mantidas na carteira do cedente em contrapartida de obrigações por operações de venda ou transferência de ativos financeiros, bem como, a provisão para créditos de liquidação duvidosa deverá ser contabilizada de acordo com a Resolução nº 2.682/99 e o resultado deverá ser reconhecido de acordo com o prazo do contrato.

f. Imposto de renda e contribuição social

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal,

base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica “Outros Créditos – Diversos”. Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando do pagamento e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real e da base de cálculo da CSLL do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, fundamentados através dos estudos técnicos realizadas pela Administração. A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota

foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

A demonstração dos valores de imposto de renda e contribuição social e a origem dos créditos tributários estão apresentados na Nota 15.

g. Investimentos

Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

h. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição do ativo e são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil dos itens.

As vidas fiscais dos itens do ativo imobilizado para o exercício são as seguintes:

Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos

Os valores gastos com benfeitoria em imóveis de terceiros são amortizados de acordo com o prazo do contrato de aluguel do imóvel.

i. Despesas antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros e estão registradas na rubrica “Outros valores e bens”

j. Resultado de exercícios futuros

Entendam-se como rendas antecipadas (resultado de exercícios futuros) as receitas de exercícios futuros correspondentes a um acréscimo no

ativo da entidade que ocorreu antes do cumprimento da obrigação contratual (prestação de serviço), sobre os quais não haja quaisquer perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva depende apenas da fluência do prazo.

k. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem os juros sobre aplicações financeiras de curto prazo, títulos e valores mobiliários, outras rendas financeiras, juros de empréstimos e variação cambial e são reconhecidas no resultado em base “pró-rata” dia.

l. Ativos e passivos contingentes

De acordo com o CPC 25 – “Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes” são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Os ativos contingentes não são

reconhecidos nas Demonstrações financeiras, exceto, quando a Administração da Instituição entende que sua realização é virtualmente certa. Os passivos contingentes decorrem principalmente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios da Instituição. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração da Instituição levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança. As contingências são classificadas como:

- Prováveis: as quais são constituídos passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica de outras obrigações;
- Possíveis: as quais são divulgadas nas Demonstrações financeiras, não sendo nenhuma provisão registrada; e

- Remotas: as quais não requerem provisão e divulgação.

m. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Perdas por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros não avaliados pelo valor justo são reconhecidas imediatamente quando há evidência objetiva de perda e o valor contábil desses ativos é reduzido com o uso de provisões. Provisões para redução ao valor recuperável de ativos financeiros não avaliados ao valor justo são avaliadas e calculadas individualmente e são reconhecidas na demonstração do resultado.

n. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de perda no valor recuperável anualmente, ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias

indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda no valor recuperável é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. No semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2017 não houve ajuste ao valor recuperável para ativos não financeiros.

o. Plano de opção de compra de ações

O Nubank mantém um plano de incentivo de longo prazo, estruturado por meio de outorgas de opções de compra de ações, no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Nu Holdings Ltd. (Holding) – stock option (“Plano de Opção”). O objetivo é conceder, aos colaboradores da Instituição, a oportunidade de se tornarem acionistas da Holding, obtendo, em consequência, um maior alinhamento dos seus interesses com os interesses dos acionistas, bem como possibilitar

à Instituição atrair e manter vinculados a ela administradores e empregados. O valor justo das opções concedidas pela Holding é reconhecido no resultado da Instituição, durante o período no qual o direito é adquirido (período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas). No fim de cada exercício, a Instituição revisa suas estimativas da quantidade de opções

cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições estabelecidas. A Instituição reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida à reserva de capital no patrimônio líquido.

4. Disponibilidades

	31/12/2017
Caixa	5
Banco - Conta movimento	370.653
Outras reservas livres	6.431
Disponibilidades em moeda estrangeira	19.986
Total	397.075

5. Títulos e valores mobiliários

a. Concentração por tipo, classificação e prazo de vencimento

Para negociação

31/12/2017

	Acima de 5 anos	Valor mercado/custo atualizado
Letras financeiras do tesouro	78.391	78.359
Total	78.391	78.359

Disponível para venda

31/12/2017

	Sem vencimento	De 1 a 3 anos	Valor mercado/ custo atualizado
Cotas de fundos de investimento (i)	546.113	-	546.113
Recibos de depósitos bancários RDB pós fixado (ii)	-	157	157
Total	546.113	157	546.270

Mantidos até o vencimento

31/12/2017

	De 6 meses a 1 ano	De 3 a 5 anos	Valor mercado/ custo atualizado
Certificados de depósitos bancários - CDB pós fixados (ii)	1.189	-	1.189
Letra de câmbio	-	101	101
Total	1.189	101	1.290

(i) Refere-se à aplicação em cotas de fundo de investimento em cotas de fundos de renda fixa não exclusivos e cotas do FIDC Nubank, fundo exclusivo. O valor de mercado dessas aplicações é apurado com base no valor da cota divulgado pelos administradores dos fundos.

(ii) Referem-se a CDBs e RDBs pós fixados. A Administração da Instituição concluiu que o custo (preço de aquisição), acrescido dos ajustes diários de rentabilidade desses instrumentos, foi considerado a melhor estimativa de valor de mercado, devido a esses investimentos não serem cotados em mercado ativo.

Não houve reclassificação de títulos e valores mobiliários entre categorias durante o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2017.

b. Resultado com instrumentos financeiros

	2º semestre	Exercício
Rentabilidade de cotas de fundos de investimento	(24.061)	60.620
Rendas de aplicações em CDBs e RDB	1.205	1.544
Rendas de operações compromissadas	40	40
Rendas de depósito no exterior	-	329
Total	(22.816)	62.533

6. Outros créditos**a. Composição de outros créditos**

	31/12/2017
Valores a receber cartão de crédito	3.656.425
Retenção de riscos por operações cedidas (i)	191.051
Crédito tributário (nota 15b)	139.839
Impostos e contribuições a compensar	33.580
Diversos	6.058
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - cartão de crédito	(340.074)
Total	3.686.879

(i) Refere-se à retenção de risco de recebíveis de cartão de crédito cedidas ao FIDC Nubank com coobrigação. Durante o semestre, foram cedidas operações de recebíveis de cartão de crédito ao FIDC Nubank que geraram despesa de R\$1.717 em Outras despesas operacionais.

b. Composição da carteira de operações de cartão de crédito

31/12/2017

Valores a receber - saldo corrente	2.221.810
Valores a receber - parcelas futuras	1.625.666
Total	3.847.476

A composição das operações de cartão de crédito incluem o valor da retenção de riscos e benefícios por operações cedidas em 31 de dezembro de 2017.

c. Composição da carteira de operações de cartão de crédito a receber por vencimento

31/12/2017

Operações de cartão de crédito vencidas	431.788
Até 3 meses	2.825.572
3 a 6 meses	395.599
6 a 12 meses	194.517
Total	3.847.476

A abertura por vencimento das operações de cartão de crédito incluem o valor da retenção de riscos e benefícios por operações cedidas em 31 de dezembro de 2017.

**d. Classificação de carteira de cartões
de crédito por níveis de risco**

31/12/2017

Operações de cartões de crédito							
Nível	Curso normal	Atraso	Total	%	Provisão	Provisão adicional	Provisão Total
A	3.373.467	127.239	3.500.706	0,5	(17.504)	(39.424)	(56.928)
B	23.205	30.546	53.751	1	(538)	(17.838)	(18.376)
C	17.548	41.738	59.286	3	(1.779)	(33.406)	(35.185)
D	1.357	31.564	32.921	10	(3.292)	(26.092)	(29.384)
E	101	27.891	27.992	30	(8.397)	(18.993)	(27.390)
F	10	25.947	25.957	50	(12.979)	(12.969)	(25.948)
G	-	21.379	21.379	70	(14.965)	(6.414)	(21.379)
H	-	125.484	125.484	100	(125.484)	-	(125.484)
Total (i)	3.415.688	431.788	3.847.476		(184.938)	(155.136)	(340.074)

(i) Os saldos totais para cálculo da provisão incluem o valor da retenção de riscos e benefícios por operações cedidas em 31 de dezembro de 2017.

**e. Movimentação da provisão
de redução ao valor recuperável**

	2º semestre	Exercício
Saldo no início do semestre/exercício	(95.208)	(41.988)
(Constituição)/Reversão	(157.181)	(257.203)
Baixados para prejuízo	21.158	67.960
Incremento de provisão por aquisição de carteira de crédito	(108.843)	(108.843)
Saldo no final do semestre/exercício	(340.074)	(340.074)

**f. Operações renegociadas/
recuperadas**

O montante das operações renegociadas e recuperadas no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2017 totalizou R\$61.576 e R\$15.692 no semestre e R\$ 94.926 e R\$23.466 no exercício, respectivamente.

7. Investimentos

A Nu Payments, LLC é uma sociedade limitada, subsidiária direta da Instituição, constituída de acordo com a Lei das Sociedades Limitadas de Delaware nos Estados Unidos da América.

	Nu Payments, LLC
Total do ativo	4.157
Total do passivo	-
Patrimônio líquido	7.721
Prejuízo 2º semestre de 2017	(3.564)
Prejuízo do exercício de 2017	(4.916)
Valor do investimento em 31 de dezembro de 2017	4.157
Participação no capital - %	100

8. Obrigações por empréstimos e repasses

Refere-se às obrigações relacionadas a linhas de créditos tomadas junto a instituições financeiras no exterior, no montante de R\$277.747, com vencimento em janeiro de 2019, indexadas ao CDI e Libor.

9. Outras obrigações

a. Composição de outras obrigações

	31/12/2017
Contas a pagar bandeira - cartão de crédito	3.775.169
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	149
Fiscais e previdenciárias	25.648
Provisão para pagamentos a efetuar - fornecedores diversos	41.790
Obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros (i)	145.870
Depósitos em moeda eletrônica (NuConta)	75.126
Diversas	6.715
Provisão para contingências	367
Total	4.070.834

(i) Refere-se ao valor presente das obrigações das cessões de operações de recebíveis de cartões de crédito, com retenção substancial de risco e benefícios de acordo com a Resolução nº 3.533/08, atualizados de acordo com a taxa de cessão do contrato e valores a repassar por liquidação antecipada na carteira dos fundos de investimento em direitos creditórios.

b. Composição dos valores a pagar de operações de cartão de crédito por vencimento

	31/12/2017
Até 3 meses	3.215.640
3 a 6 meses	380.932
6 a 12 meses	178.597
Total	3.775.169

10. Patrimônio líquido**a. Capital social**

O capital social da Instituição é de R\$587.050 e está representado por 36.510.662 ações, sem valor nominal, divididas entre 36.345.297 ordinárias e 165.365 preferenciais, subscritas e integralizadas por acionistas domiciliados no país.

b. Reserva de capital

O Nubank conta com um Plano de Opção de Compra de Ações (“Plano de Opção”), aprovado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 5 de julho de 2013, cuja última alteração realizada ocorreu no

exercício de 2015, na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 8 de maio de 2015, pelo qual são elegíveis a receber opções de compra de ações os colaboradores da Instituição.

Ao final do ano de 2016, a Instituição transferiu o Plano de Opção para a Nu Holdings Ltd., sua controladora indireta. Desde então, as novas outorgas ocorrem na *holding*, e não mais na Instituição.

A Instituição reconheceu despesas relativas às outorgas do Plano de Opção no montante de R\$14.376 no semestre e R\$26.706 no exercício findos em 31 de dezembro de 2017, em contrapartida de reservas de capital no patrimônio líquido.

11. Receita operacional

	2º Semestre	Exercício
Receita de intercâmbio	143.829	236.856
Receita de anuidade (Rewards)	10.033	10.323
Impostos sobre receita operacional	(18.080)	(28.694)
Total	135.782	218.485

O montante de receita operacional refere-se às tarifas de intercâmbio ganhas pela utilização dos cartões de crédito, tanto no Brasil quanto no exterior.

12. Custo dos serviços prestados

	2º Semestre	Exercício
Custo de manutenção de contas	(68.708)	(119.885)
Custo de emissão de cartões	(29.669)	(48.277)
Total	(98.377)	(168.162)

O custo dos serviços prestados é substancialmente composto por custos com processamento de compras de cartão de crédito, bandeira, cobrança, serviços de dados, bureaus de crédito, embossamento e entrega de cartões de crédito.

13. Despesas administrativas**a. Despesas de pessoal**

	2º Semestre	Exercício
Proventos	(30.543)	(55.278)
Encargos sociais	(11.276)	(19.976)
Benefícios	(4.001)	(6.918)
Honorários da administração	(1.470)	(2.876)
Treinamento	(261)	(405)
Total	(47.551)	(85.453)

b. Despesas administrativas

	2º Semestre	Exercício
Despesas de escritório	(7.927)	(15.825)
Despesas com processamento de dados e comunicações	(11.620)	(16.948)
Despesas com contratação de serviços especializados	(11.010)	(14.075)
Outras despesas administrativas	(1.873)	(3.001)
Despesas tributárias	(1.019)	(1.539)
Depreciação/amortização	(600)	(1.330)
Total	(34.049)	(52.718)

14. Resultado financeiro

	2º Semestre	Exercício
Resultado com instrumentos financeiros	(22.816)	62.533
Outras receitas financeiras	176.997	194.292
Receitas financeiras	154.181	256.825
Variação cambial negativa	(2.115)	(2.985)
IOF sobre operações financeiras	(4.750)	(10.288)
Tarifas bancárias	(980)	(1.266)
Ajuste de marcação a mercado de TVM	(32)	(32)
Juros sobre depósito remunerado	(304)	(304)
Impostos sobre receitas financeiras	(12.268)	(14.183)
Despesa de juros de empréstimos	(27.215)	(28.624)
Despesas financeiras	(47.664)	(57.682)
Resultado financeiro	106.517	199.143

15. Imposto de renda e contribuição social**a. Demonstrativo do cálculo
dos valores de imposto de renda
e contribuição social:**

	31/12/2017
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(173.972)
Encargo total do imposto de renda e contribuição social	(69.589)
Adições/exclusões permanentes	18.328
Crédito tributário / Imposto de renda e contribuição social corrente (i)	(5.715)
Imposto de renda e contribuição social do período	(56.975)

(i) Constituição de crédito tributário sobre prejuízo fiscal, base negativa e contingências passivas.

**b. Saldo e movimentação
de créditos tributários**

	Saldo em 31/12/2016	Constituição/ (Realização)	Saldo em 31/12/2017
Provisão para créditos de liquidação duvidosa outras provisões passivas	16.832	58.460	75.292
Outras provisões passivas	-	13.031	13.031
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	16.832	71.491	88.323
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	56.109	(4.593)	51.516
Total dos créditos tributários	72.941	66.898	139.839

O ativo fiscal diferido demonstrado no quadro acima contabilizado em 31 de dezembro de 2017, no montante de R\$139.839, foi constituído sobre prejuízo fiscal/ base negativa da CSLL e diferenças temporárias.

c. Realização do crédito tributário

Período	Imposto de renda	Contribuição Social	Total
2018	44.769	29.586	74.355
2019	34.259	20.555	54.814
2020	6.669	4.001	10.670
Total	85.697	54.142	139.839

16. Cobertura de seguros

A Instituição adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2017, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composto por R\$98.600 para incêndio, queda de raio e explosão, R\$600 para danos elétricos, R\$1.000 para quebra de vidros, espelhos, mármore e granitos, R\$1.000 para responsabilidade civil e R\$500 para roubo e/ou furto qualificado de bens e mercadorias.

17. Instrumentos financeiros derivativos

A Instituição está autorizada a realizar operações com instrumentos financeiros derivativos, que se destinam a atender às necessidades próprias, a fim de

reduzir sua exposição a riscos de mercado, moeda e juros.

A administração desses riscos é efetuada através da determinação de limites e do estabelecimento de estratégias de operação.

A Instituição não tem operações com derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2017.

18. Contingências

O Nubank é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo aspectos cíveis e de relação de consumo.

a. Contingências passivas e obrigações legais

As provisões reconhecidas contabilmente estão representadas por ações cíveis de relação de consumo. Quando requerido pela Justiça, são efetuados depósitos judiciais, apresentados na rubrica Outros

créditos. Existem processos cíveis de relação de consumo classificados como *possíveis* pelos nossos assessores jurídicos no montante de R\$1.149 em 31 de dezembro de 2017. O Nubank, com base na opinião de seus assessores legais, não espera a ocorrência de perdas no desfecho desses processos, além das já provisionadas.

b. Composição das provisões

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, constituiu provisão em 31 de dezembro de 2017 no montante de R\$367 considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações cíveis e de relação de consumo em curso.

c. Movimentação das provisões

Saldo no início do semestre/exercício	194	112
Constituição	240	359
Utilização / reversão	(67)	(104)
Saldo no final do semestre/exercício	367	367

19. Partes relacionadas

Conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC nº 05, partes relacionadas são os controladores e acionistas com participação relevante, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da

Administração e seus familiares. Não existem benefícios pós emprego tais como pensões e outros benefícios de aposentadoria.

Os saldos de operações com partes relacionadas estão demonstrados:

Ativo	31/12/2017	
Cotas de fundos de investimento (FIDC Nubank)	27.592	
Retenção de riscos por operações cedidas (FIDC Nubank)	189.696	
Participação em Controladas (Nu Payments LLC)	4.157	
<hr/>		
Passivo		
Obrigações por operações vinculadas a cessão (FIDC Nubank)	145.870	
<hr/>		
Resultado	2º semestre	Exercício
Prejuízo na cessão de recebíveis (FIDC Nubank)	(1.090)	(2.807)
Resultado de participação em Controladas (Nu Payments LLC)	(3.564)	(4.916)
Rentabilidade de cota de fundo (FIDC Nubank)	(43.021)	19.060
Despesas com honorários da administração	(1.470)	(2.876)

20. Outras informações

a. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa apresentado nas demonstrações dos fluxos de caixa estão constituídos por:

	31/12/2017
Disponibilidade	397.075
Aplicação financeira – fundos de investimento	262.138
Total de caixa e equivalentes de caixa	659.213

b. Estrutura de gestão de riscos e capital

A gestão de riscos é considerada um instrumento essencial para otimizar o uso de recursos e selecionar as melhores oportunidades de negócios, visando a obter a melhor relação Risco x Retorno. O gerenciamento de riscos é o processo onde:

- São identificados e mensurados os riscos existentes e potenciais das operações;
- São aprovados normativos

institucionais, procedimentos e metodologias de gestão e controle de riscos consistentes com as orientações da Administração e as estratégias; e

- A carteira de clientes é administrada considerando as melhores relações de risco-retorno.

A identificação de riscos tem como objetivo mapear os eventos de risco de natureza interna e externa que possam afetar as estratégias das unidades de

negócio e de suporte e o cumprimento de seus objetivos, com possibilidade de impactos nos resultados, no capital, na liquidez e na reputação.

O processo de gestão de riscos permeia toda a Instituição, estando alinhados às diretrizes da Administração e dos Executivos que, por meio de Comitês e demais reuniões internas, definem os objetivos globais da Companhia, incluindo o apetite de risco. As unidades de controle e gerenciamento de capital, por sua vez, apoiam a administração por meio dos processos de monitoramento e análise de risco e capital.

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos está de acordo com as recomendações aplicáveis no Brasil e devidamente evidenciada em relatório de acesso público, disponível no endereço eletrônico da Instituição (www.nubank.com.br/contrato).

O controle dos riscos de Crédito, Liquidez e Operacional é realizado de forma centralizada, visando assegurar que os riscos da Companhia

sejam administrados de acordo com as políticas e os procedimentos estabelecidos. O objetivo do controle centralizado é prover à alta administração uma visão global das exposições aos riscos, bem como uma visão prospectiva sobre a adequação do seu capital, de forma a otimizar e agilizar as decisões corporativas.

c. Gerenciamento de Risco Operacional

De acordo com a Resolução CMN nº 3.380/2006, define-se como Risco Operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui-se à esta definição o Risco Legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros, decorrentes das atividades desenvolvidas. Excluem-se os riscos estratégicos de negócios e riscos

de reputação, que não derivam de falhas de controle interno. A estrutura estabelecida para a Gestão de Risco Operacional deve fortalecer as ações e os mecanismos para identificar, medir, avaliar, monitorar e reportar eventos de riscos operacionais, além de disseminar internamente a cultura de controle aos demais. Esta estrutura está formalizada em política que define a metodologia, processos e responsabilidades na gestão do risco operacional. O controle do Risco Operacional permite a atuação preventiva e corretiva, evitando novos eventos e reincidência de falhas.

d. Gerenciamento de Risco de Liquidez

De acordo com a Circular do Banco Central nº 3.681/2013, define-se como Risco de Liquidez a possibilidade de a instituição de pagamento não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras sem afetar suas operações diárias e sem incorrer

em perdas significativas; e não ser capaz de converter moeda eletrônica em moeda física ou escritural no momento da solicitação do usuário. A instituição mantém uma estrutura devidamente formalizada em política que define a estratégia, processos e responsabilidades para o adequado gerenciamento do risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo, em situação normal ou de estresse.

e. Programa de recompensa

O Nubank criou um programa de fidelidade para seus clientes denominado “Nubank Rewards.” O plano consiste no acúmulo de pontos de acordo com as compras realizadas pelos clientes, na proporção de recompensa de R\$ 1,00 (um real) igual a 1 ponto, que nunca expiram. O valor financeiro desses pontos é subtraído da receita de intercâmbio e registrado na rubrica de receitas de exercícios futuros, presente no passivo da Companhia.

O resgate é realizado apagando compras feitas pelo usuário em diversas categorias de gastos, como passagens aéreas, hotéis, serviços de transporte, músicas etc.

21. Eventos subsequentes

Em ofício de número 1.260/2018 do Banco Central do Brasil, foi autorizada a constituição da Nu Financeira S.A. – Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento. A Nu Financeira S.A., tão logo obtida a autorização do Bacen para sua constituição e funcionamento, poderá atuar como braço financeiro da Nu Pagamentos.

Em assembleia geral extraordinária, realizada em 8 de março de 2018, foi deliberado o aumento de capital no montante de R\$478.401.

